

**Dependência e vulnerabilidade externa em Angola:  
uma análise do período pós-guerra civil (2002-2017)**

*Dependence and external vulnerability in Angola:  
an analysis of the post-civil war period (2002-2017)*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/3750>

Anacleto Anibal Xavier Domingos<sup>1</sup>  
Emílio Campos Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo neste artigo é analisar a dependência e a vulnerabilidade externa em Angola no período de 2002 a 2017. Foram utilizados indicadores de vulnerabilidade econômica para observar o comportamento da economia angolana ao longo do período analisado. Os resultados apontam para uma vulnerabilidade externa de Angola, pois nota-se que quando a economia internacional cresce, principalmente, puxada por *booms* energéticos (como no caso petrolífero), os dados econômicos de Angola mostram que a economia cresce junto. Porém, em momentos de crise do setor o país não consegue manter seu crescimento, tendo perdas significativas de suas reservas internacionais, impactando fortemente os indicadores de vulnerabilidade externa analisados.

**Palavras-chaves:** Angola; Crescimento; Desenvolvimento econômico; Dependência; Vulnerabilidade externa.

**Abstract:** The purpose in this article is to analyze Angola's dependence and external vulnerability from 2002 to 2017. Indicators of economic vulnerability were used to observe the behaviour of the Angolan economy over the period analyzed. The results point to Angola's external vulnerability, because when the international economy grows, especially when driven by energy booms (such as the oil case), Angola's economic data show that its economy grows together. However, in moments of crisis in the sector the country does not manages to maintain its growth, having significant losses of its international reserves, strongly impacting the analyzed external vulnerability indicators.

**Keywords:** Angola; Growth; Economic development; Dependence; External vulnerability.

*Artigo recebido em 30/11/2021. Aceito em 14/12/2022.*

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

E-mail: [domingo59xavier@gmail.com](mailto:domingo59xavier@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3313-9688>

<sup>2</sup> Doutorando no PPGE/UFPA. Bolsista da FAPESPA.

E-mail: [emiliocampos13@hotmail.com](mailto:emiliocampos13@hotmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5711-8697>

## Introdução

A estrutura macroeconômica angolana está intrinsecamente ligada ao seu passado histórico, isto é, ao seu passado de ex-colônia, ao intenso processo de guerra civil que se prolongou do início do período pós-independência em 1979 até o começo do século XXI, em 2002.

O período pós-independência marcou o início da estruturação de uma economia fortemente dependente de *commodities* – o petróleo principalmente, uma mercadoria amplamente dependente da demanda do mercado mundial e, portanto, muito suscetível aos choques externos. O petróleo trouxe consigo a conhecida “maldição dos recursos naturais” – como apontam Ferreira (2005); Rocha (2016) e Ovadia e Croese (2017).

Fortunato (2001), ao debruçar-se sobre a dependência externa da economia angolana, aponta o impacto da guerra civil sobre as estruturas físicas e sociais, o papel desempenhado pelo setor petrolífero e a escassez de oferta interna e o peso excessivo das importações. Outro aspecto relevante na estruturação da economia angolana, depois de 2002, foi o *boom* das *commodities* interrompidas com a crise financeira de 2008, com pequena recuperação no ano seguinte e recaída a após 2014 com a crise cambial angolana provocada pela queda do preço do barril de petróleo internacionalmente.

Há alguns fatores que implicam na vulnerabilidade externa de um país, dentre eles a capacidade de pagamento dos empréstimos externos. Quando o país não consegue saldar seus compromissos, uma das alternativas é a denominada finança especulativa, que consiste, de acordo com Alencar e Scarano (2010), em refinanciar as dívidas (o principal e/ou juros delas).

Neste artigo objetiva-se analisar o grau da dependência da economia angolana no período de 2002 a 2017 (período pós-guerra civil) aos choques externos através dos indicadores de vulnerabilidade econômica, tais como o saldo de transações correntes, a taxa de investimentos, a dívida externa contraída pelo país, as dívidas de curto prazo, a taxa de crescimento, as exportações, bem como os níveis de reservas internacionais face aos choques advindos do mercado internacional.

Para além desta introdução e das considerações finais, o artigo é composto de três seções. Na primeira seção são apresentados alguns aspectos do contexto socioeconômico angolano do pós-guerra civil. Na segunda seção apresenta-se breve nota sobre o uso da poupança externa para o desenvolvimento econômico em países ditos subdesenvolvidos<sup>3</sup>, tratando dos elementos que levam

---

<sup>3</sup> Outra denominação, diferente daquela empregada pelos teóricos da Economia do Desenvolvimento, é a da Organização das Nações Unidas (ONU) usada desde 1996 – regiões ou países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa distinção da ONU é uma conveniência estatística que não expressa julgamento sobre o estágio de desenvolvimento de qualquer país ou área.

estes países a se encontrarem quase sempre em vulnerabilidade econômica (com ou sem casos de crises cambiais). A terceira seção faz uma análise dos indicadores de vulnerabilidade externa da economia de Angola do período pós-guerra civil, mais especificamente de 2002 a 2017.

## **1 O contexto socioeconômico de Angola no pós-guerra civil (2002-2017)**

Do ponto de vista de sua formação como um Estado-nação moderno (constituído por múltiplos povos), reconhecido como uma República, Angola é um país recente, que integra o rol de territórios que fizeram parte da dominação colonial portuguesa em África. Alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975. O seu nome advém do aportuguesamento do nome dos reis do Reino do Ndongo – Ngola, que se localizava, no século XVII, perto da atual capital do país, Luanda. O país está situado na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul e ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo Oceano Atlântico a oeste em cerca de 1.600 quilômetros, fazendo fronteira a norte e a nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia e a sul com a Namíbia. Inclui também o enclave de Cabinda (uma das 18 províncias angolanas), que faz fronteira com a República do Congo, a norte (DOMINGOS, 2020).

O país nasce como uma economia dependente primordialmente do petróleo, no sentido de que a sua história pós-colonial já começa sendo dinamizada pelos movimentos do setor petrolífero. O processo decolonial foi apoiado pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), obrigando a nova administração estatal a orientar-se pelo marxismo-leninismo nos primórdios de sua independência. Apesar dessa orientação, com o apoio da extinta União Soviética, manteve em seu interior um enclave capitalista – isto é, manteve em seu território as grandes petrolíferas como forma de financiar o seu desenvolvimento econômico. A dependência dessas grandes companhias internacionais é uma herança da antiga administração portuguesa. Essas companhias eram atraídas pela possibilidade de exploração comercial do petróleo no enclave de Cabinda (rica em petróleo), no norte do país. Os capitais destas companhias se tornaram essenciais para a manutenção do regime político socialista angolano, que compreendeu prontamente que não conseguiria financiar a transição sem as grandes petrolíferas instaladas.

Esta situação colocou Angola numa situação de dependência do mercado internacional do petróleo. Estruturou-se, portanto, toda economia em torno do setor petrolífero e de outros setores voltados à extração de minérios, deixou-se a economia nacional cada vez mais dependente da importação de produtos e ao mesmo tempo dependente da exportação de produtos primários.

Essa dependência acentuou o processo de desindustrialização durante o período de transição (1989 a 1991), sendo a guerra civil em concomitância um dos componentes que contribuiu para exacerbar esse processo juntamente com o uso perdulário que se fez da economia petrolífera, como afirma Manuel Ennes Ferreira:

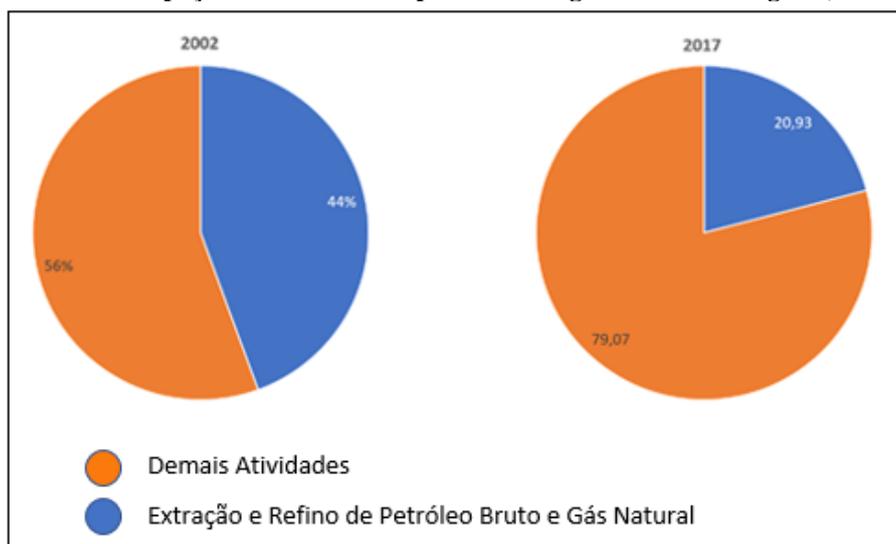
O nosso petróleo foi, desde os primórdios da nossa independência, usado numa dupla perspectiva, como instrumento da política externa (valorização do poder negocial na arena política internacional) e enquanto ferramenta do reforço da política do “*rent-seeking*” da sua elite dirigente (FERREIRA *apud* ROCHA, 2016, p. 5).

Nessa década de transição assistiu-se à consolidação do setor petrolífero em detrimento da economia não petrolífera. O produto interno bruto (PIB) teve variação média anual, entre 1989 e 2000, de -3,01% que confirma uma recessão sustentada a partir de 1989, variando -27,16% e -26,24% em 1993 e 1994 respectivamente. O setor petrolífero, portanto, com o seu caráter de extroversão, insere o país em uma vulnerabilidade externa, desguarnecendo-o diante dos diversos choques externos. O gráfico 1 mostra a participação da indústria petrolífera que passa por uma redução – saindo de 44% em 2002 para 20,93% em 2017 – em relação ao conjunto das demais atividades.

O fim do conflito armado em 2002 renovou as esperanças de tempos melhores. Angola se tornou um país disputado pelos grandes centros capitalistas devido ao *boom* econômico das *commodities* que ocorreu no período pós-guerra civil, isto é, de 2003 a 2007. O PIB cresceu 7% ao ano em média, o preço do barril de petróleo saiu de US\$ 22 em 2002 para US\$ 147 em 2008, proporcionando uma dinâmica de enriquecimento ao Estado como nunca vista, levando o governo a comunicar a população que essa dinâmica de enriquecimento a beneficiaria. O resultado foi a elevação das desigualdades sociais e um aumento da incidência da pobreza no país (ALENCASTRO, 2020)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No que concerne a incidência da pobreza, por exemplo, o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) (INE, 2013), realizado entre 2008 e 2009 mostra que a incidência era de 37%, o que significa dizer que 37 de cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa, pois o nível de incidência da pobreza é três vezes maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (58% e 19%, respectivamente). A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, pois 45% da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72% da população pobre.

**Gráfico 1 – Participação da indústria de petróleo e de gás no PIB de Angola (2002 e 2017)**

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

Este contexto angolano leva a problemas macroeconômicos estruturais que agudizam e intensificam as condições de vulnerabilidade externa a que a economia angolana se insere. O *boom* econômico do começo dos anos 2000 permitiu acumular reservas internacionais para fazer frente às suas múltiplas necessidades de importação dos diversos produtos que a indústria doméstica não consegue suprir. Na seção a seguir são apresentados alguns aspectos desenvolvidos na literatura sobre a temática. Em seguida, analisamos os indicadores de vulnerabilidade externa de Angola.

## **2 Breve nota sobre o uso da poupança externa para o desenvolvimento econômico e a vulnerabilidade externa**

O interesse pelo estudo da vulnerabilidade econômica dos países em desenvolvimento vem aumentando desde as crises cambiais dos anos 1990 (CARCANHOLO, 2002; CARRIOLE, 2010). Este interesse está também atrelado às questões da utilização da poupança externa para o financiamento do desenvolvimento econômico (AURÉLIO, 1997), que é debatida de maneiras diferentes pelas diversas correntes do campo das Ciências Econômicas. Segundo Chossudovsky (1990), os Planos de Ajuste Estruturais promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram responsáveis pela degradação da estrutura econômica dos países emergentes. Segundo o autor,

o pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI-Banco Mundial desmantelam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. [...] As medidas de austeridade

levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importação: elas destroem todo o tecido da economia doméstica (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 60).

Esses Planos de Ajustes provocaram profundas mudanças nas economias dos países emergentes, porém de formas diferentes espacialmente. Os impactos sobre a América Latina por exemplo, como apontam Alencar e Scarano (2010), foram diferentes dos ocorridos sobre o Sudeste asiático, assim como das economias africanas – no caso aqui estudado, Angola. Esses planos, de raiz ortodoxa dentro da vertente neoclássica, foram instrumentalizados pelo Plano Brady nos anos 1990 (BRESSER; GALA, 2007). Na falta de capitais para o financiamento dos países em desenvolvimento, propunha-se a política do desenvolvimento econômico com poupança externa e consequente abertura da conta de capitais. A evolução da balança de capitais reflete a obtenção de novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

Para a teoria neoclássica, os investimentos promovidos nas economias, ou seja, seu crescimento econômico, devem ter origem na poupança externa quando seu nível de poupança interna é baixo. De acordo com essa teoria, os países com alto nível de capital irão transferir seus recursos para as economias de baixo nível de capital, de modo a estabelecer o crescimento da produtividade marginal do capital.

Segundo Bresser e Gala (2007, p. 4), dois pressupostos estavam por trás dessa proposta: o primeiro consistia em os países ricos transferirem seus capitais para os países pobres e o “segundo que a poupança externa recebida por um país transformar-se-á automaticamente em investimento produtivo”.

A ideia é que a abertura da conta de capital aumente a renda *per capita* do país e amplie as opções de investimento dos agentes econômicos locais. A ampliação dos investimentos gera retornos maiores que ampliam a capacidade produtiva do país, a ponto de pagar o principal e os juros da dívida contraída. Já o país desenvolvido, ao emprestar a juros maiores que o que poderia receber domesticamente, gere o bem-estar internamente (BRESSER; GALA, 2007).

Ainda segundo os autores, o que acontece com essa estratégia de crescimento na verdade é uma sobrevalorização cambial resultado do influxo de poupança externa que não promove o crescimento da taxa de investimento. Pelo contrário, ocorre o aumento do consumo e do endividamento externo, podendo ocorrer um processo de substituição da poupança interna pela externa (BRESSER; GALA, 2007).

Ribeiro (2016) aponta que as transações econômicas e financeiras que um país mantém com o resto do mundo têm os seus benefícios na medida em que essa relação pode permitir que a demanda de outros países altere a dinâmica interna de desenvolvimento econômico. Novos investimentos podem aportar no país, assim como pode ocorrer um maior acesso a bens e serviços mais baratos e mais modernos – permitindo assim ganhos de bem-estar aos consumidores domésticos.

Os países em desenvolvimento, como Angola, que para obterem esses benefícios precisam se expor aos choques do mercado mundial devido ao maior grau de abertura comercial e financeira, envolvem-se em maiores riscos. Com a maior especialização produtiva a que grande parte dos países em desenvolvimento estão sujeitos, suas políticas econômicas se tornam mais instáveis, suas instituições mais frágeis e a necessidade de moeda forte para fazer frente às transações comerciais coloca os países em desenvolvimento em uma posição de vulnerabilidade externa (RIBEIRO, 2016).

Considerando que a elevação das taxas de juros provoca o aumento do valor das dívidas a serem pagas, Alencar e Scarano (2010) apontam a maior vulnerabilidade dos países que optam por finanças especulativas. Para Alencar e Scarano (2010, p. 42), a vulnerabilidade externa “expressa o grau de fragilidade das economias a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos em função das opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis”, bem como “dos custos de enfrentamento ou de ajuste diante de eventos externos”. Cariolle (2011) define a vulnerabilidade econômica como a probabilidade de que o processo de desenvolvimento de um país seja dificultado pela ocorrência de imprevistos exógenos – choques externos.

A vulnerabilidade externa é vista por Ribeiro (2016) como o risco que o sistema econômico de um país tem em relação a ações que podem afetar o setor externo. Quando ocorrem desordens econômicas, esses países podem ter seu crescimento econômico afetado. Com isso, variáveis como o emprego, a inflação e as contas públicas podem ser afetadas. O autor destaca ainda que, fator que pode contribuir para amenizar possíveis desordens econômicas, causadas no setor externo, é o nível de reservas internacionais do país; recursos externos como fonte de financiamento; nível de poupança, entre outros.

Ribeiro (2016), ao levar a cabo uma reavaliação da vulnerabilidade externa da economia brasileira, aponta duas vertentes principais na literatura sobre o tema. A primeira vertente, já apontada por Alencar e Scarano (2010) e Cariolle (2010) – aparece também no texto de Dennis Essers de 2013. Nela, o sistema econômico dos países em desenvolvimento passa por certas perturbações devido a alguns choques externos. Essas perturbações reduzem o crescimento econômico, o emprego, aumentam a inflação e desestabilizam as contas públicas. As causas seriam as

fragilidades estruturais e institucionais, exigindo destes (países) a adoção de um conjunto de medidas preventivas, a exemplo da acumulação de grandes volumes de reservas internacionais ou das restrições à entrada de capitais de curto prazo, formas de aumentar a “blindagem” em relação a choques externos (RIBEIRO, 2016, p. 20).

Ribeiro (2016, p. 20) explica choque externo como sendo um “evento inesperado e exógeno, e que está além da capacidade de controle ou mesmo de prevenção por parte dos governos”. Inclui elementos como a queda nos termos de troca, a escassez de liquidez internacional e a redução na taxa de crescimento da economia mundial. O autor aponta como elementos da vulnerabilidade o grau de exposição do país aos choques e o nível de resiliência para absorvê-los.

A segunda vertente é mais um complemento da primeira do que um contraponto. Ela aponta as questões de liquidez e solvência externas como foco da avaliação da vulnerabilidade externa, baseados nas metodologias de avaliação do Fundo Monetário Internacional. Incluem-se nesta vertente também as análises de crises cambiais e financeiras. A insolvência ocorre quando os ativos externos líquidos de um país e o seu volume de financiamento externo são insuficientes para pagar ou fazer frente a rolagem dos passivos externos (RIBEIRO, 2016).

Qualquer que seja a vertente que se escolha para a avaliação da vulnerabilidade econômica, a origem sempre são os constantes e sistemáticos déficits nas transações correntes. A questão, portanto, é que quando se recorre à poupança externa deve-se aumentar a capacidade produtiva interna com vistas ao pagamento da dívida – proporcionando aumento de bem-estar à sociedade.

Como apresentado em Ribeiro (2016), a integração promovida pelas transações comerciais traz benefícios para a economia de um país. Por meio dela é possível se utilizar de mecanismos como a demanda externa, ter acesso a bens de capital que por sua vez favorecem o investimento, o progresso tecnológico e a diversidade na oferta de bens aos consumidores, favorecendo o crescimento econômico do país.

Em contrapartida, as relações por meio das transações comerciais podem significar vulnerabilidade aos países. Se o país permanecer em uma economia com especialização produtiva com o propósito de atender as demandas de outros países, a sua economia pode-se tornar menos diversificada e com suas políticas econômicas instáveis, pois parte dela irá depender do bom desenvolvimento dos países compradores de suas mercadorias. Como é necessário realizar os pagamentos com moedas conversíveis, o país permanece em uma posição vulnerável devido ao volume de moedas que são necessárias para o seu sistema econômico: o termo utilizado para essa situação é *vulnerabilidade externa* (RIBEIRO, 2016).

Reisen (1998) sugere que o crescimento dos déficits em transações correntes que estejam relacionados ao aumento do consumo doméstico ou a investimentos que não são direcionados a setores produtivos, devem ser evitados. Estes são considerados investimentos que não promovem o crescimento da capacidade produtiva do país. Quando os recursos externos são direcionados para os setores produtivos, o país tem a capacidade de gerar divisas; as divisas por sua vez, podem ser utilizadas para amortizar os empréstimos e financiamentos.

Países com sua economia voltada para o setor externo devem manter constância na observação da trajetória das transações correntes: se esta apresenta déficits, seu monitoramento deve ser cauteloso. De acordo Ribeiro (2016), o déficit em transações correntes por si só não é tão prejudicial à economia do país, mas sim a possibilidade de maior vulnerabilidade externa do país sim.

O elevado grau de dependência externa condiciona o crescimento do PIB ao setor de exportação, podendo deixar a economia exposta aos riscos externos. Uma queda nos preços dos produtos exportados provocaria um déficit em conta corrente – logo, na economia do país (FORTUNATO, 2001).

A exposição dos países a financiamentos que favorecem sua vulnerabilidade pode ocorrer pela falta de recursos próprios, que permitam seu desenvolvimento social e econômico. Geralmente, são economias que não estão no centro do sistema capitalista (ALENCAR; SCARANO, 2010).

Ribeiro (2016) destaca que fatores como os déficits públicos elevados, a desaceleração da economia chinesa, a desaceleração da produtividade dos fatores e a desaceleração do comércio mundial levaram ao baixo crescimento do PIB mundial, deixando em risco a estabilidade financeira. Este cenário pode ser ainda mais complicado para os países dependentes do setor externo, em que o crescimento da sua economia fica condicionada ao bom andamento do crescimento mundial.

Segundo Alencar e Scarano (2010), quando há uma forte liberalização do fluxo financeiro, maior tende a ser a mudança de expectativa dos investidores, tornando voláteis as principais variáveis financeiras das economias em desenvolvimento. Neste sentido, o câmbio é uma variável de extrema importância para essas economias. Os autores ponderam que o grau de controle da autoridade monetária em relação às variáveis taxa de câmbio e taxa de juros está ligada ao nível de abertura dos mercados e do sistema financeiro do país. Por meio deste se estabelece a relação entre endividamento externo e o aumento dos níveis dos indicadores de vulnerabilidade externa.

Conforme Alencar e Scarano (2010), os países devem aumentar a taxa de juros básica da economia buscando manter o câmbio sobrevalorizado. Mas, ao realizar essa ação, os recursos migram do setor produtivo para o setor financeiro, não raro gerando queda da poupança interna.

Na seção que se segue serão examinados alguns indicadores que ajudam a identificar os riscos que Angola corre ao enfrentar dificuldades de financiar seu balanço de pagamentos. Elas redundam na necessidade de reversão do déficit em Transações Correntes ou, em uma situação mais extrema, em uma crise cambial. Permitem, assim, a continuidade da situação de dependência dos movimentos favoráveis da economia mundial, isto é, de crescimento econômico, principalmente a ligada ao *boom* das *commodities*. O período de análise (2002-2017) justifica-se devido ao contexto de estabilidade política que Angola vive atualmente com o fim da guerra civil em abril de 2002.

### **3 Análise dos indicadores de vulnerabilidade externa de Angola no período de 2002 a 2017**

Em todo contexto histórico angolano, a sua inserção precária na economia mundial após o processo de descolonização, como apontamos anteriormente, significou o começo da manutenção de uma relação de dependência. A destruição do aparelho produtivo de Angola pela guerra civil de mais de 20 anos agudizou a sua forma dependente de inserção na divisão internacional do trabalho. O fim da guerra no começo do século acendeu as esperanças da população com o *boom* das *commodities*.

A dependência externa do setor petrolífero, assim como dos capitais estrangeiros, ocorre desde o nascimento do Estado-nação angolano em 1975. As políticas macroeconômicas, tanto fiscais quanto monetárias, cambiais e orçamentárias têm sido baseadas no ciclo da economia relativa ao petróleo.

Segundo Rocha (2015), existe uma relação positiva do ciclo do preço do barril de petróleo e as taxas de crescimento de Angola. Do final do conflito armado, em 2002, até a crise financeira internacional de 2008, o preço do barril de petróleo saiu de US\$ 30 chegando a US\$ 120 e a taxa de crescimento do PIB seguiu a mesma tendência de alta: 1,5% em 2003, chegando a 16,7% em 2007.

De 2002 a 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB angolano era de 11,1%. De 2009 a 2015, essa taxa caiu para 3,4% devido à redução da produção petrolífera e da falta de produtividade da economia não petrolífera (ROCHA, 2015). Dando origem as tendências internalistas, estas modificações no mercado internacional demandaram da economia de Angola adaptações ao novo cenário mundial. Começou-se a verificar um aumento das atividades ligadas ao comércio interno e conseqüentemente uma diminuição do fluxo de comércio externo – observa-se uma economia que começa a voltar-se para o mercado interno, como mostram os dados das Contas Nacionais de 2002 a 2017.

### 3.1 Metodologia

Com sua economia ligada ao seu passado histórico, marcada pelos impactos de uma guerra civil, Angola apresenta a sua estrutura econômica dependente do setor de exportação, mais especificamente do setor petrolífero. Tendo em vista o contexto do final da guerra civil (no começo dos anos 2002) e o *boom* de *commodities*, neste artigo se propõe a analisar a dependência e vulnerabilidade externa de Angola entre 2002 e 2017. Devido a dependência do setor petrolífero, a economia angolana é pouco diversificada com um aparelho produtivo que não consegue suprir as demandas domésticas.

A metodologia adotada, para alcançar o objetivo proposto do artigo consistiu em uma análise bibliográfica que discute o processo histórico do período analisado, da economia de Angola, sendo este o ponto de partida. Buscou-se informações que possibilitassem entender a evolução da economia angolana. Concomitantemente, para complementar as informações bibliográficas, se fez uso de dados secundários com o objetivo de demonstrar graficamente os indicadores utilizados.

Os dados utilizados para a elaboração dos gráficos foram obtidos a partir da base de dados do Banco Nacional de Angola (BNA) a saber: saldo das transações correntes, a formação bruta de capital fixo, o PIB, as exportações, a dívida externa total, a dívida externa de curto prazo, as reservas internacionais e os investimentos em portfólio.

Com base nos dados, procuramos evidenciar o comportamento da relação formação bruta de capital fixo e PIB (FBCF/PIB) e a evolução das transações correntes. Além desses, foram demonstrados também os indicadores de vulnerabilidade, que são resultantes das seguintes razões dos dados utilizados: dívida externa total/exportações, dívida externa de curto prazo/dívida externa total, dívida externa de curto prazo/exportações, além do crescimento acumulado do PIB a preços correntes. A partir dos dados tratados e gráficos plotados, foi realizada a análise dos resultados dos indicadores selecionados.

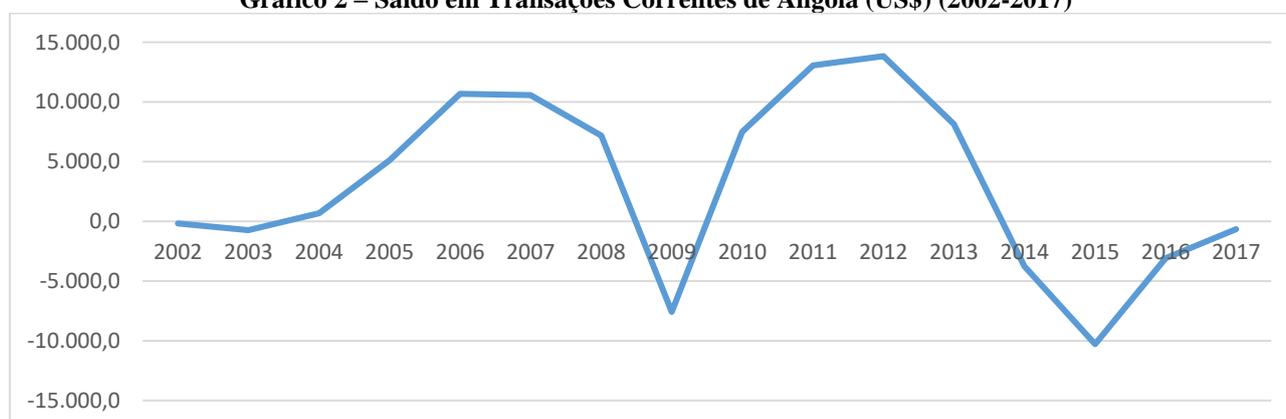
### 3.2 Resultados

O Saldo das Transações Correntes é analisado no gráfico 2, mostrando que Angola inicia o período analisado com déficits nesse quesito e, posteriormente, passa por dois períodos de déficits, o primeiro em 2009 e o segundo entre 2014 e 2017. O déficit em 2009 tem como reflexo a crise de 2008, que afetou as exportações e importações de vários países.

A queda do preço do barril de petróleo provocou o déficit em 2014, reduzindo as exportações petrolíferas angolanas em consequência dessa queda de preços. Nesse período, os Estados Unidos aumentaram sua produção de petróleo e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Arábia Saudita fizeram um alto volume de oferta petrolífero no mercado mundial sem uma demanda que a pudesse absorver (ROCHA, 2015).

O déficit em transações correntes põe em risco a sustentabilidade das contas externas do país. Para países que são dependentes do setor primário, o saldo em transações correntes se torna pauta constante, pois podem se tornar dependentes do setor externo caso haja períodos de crise nos países desenvolvidos. Ribeiro (2016) relembra que a crise financeira de 2008-2009 afetou países de todo o mundo, não se prolongando por mais anos devido às rápidas e coordenadas políticas implementadas.

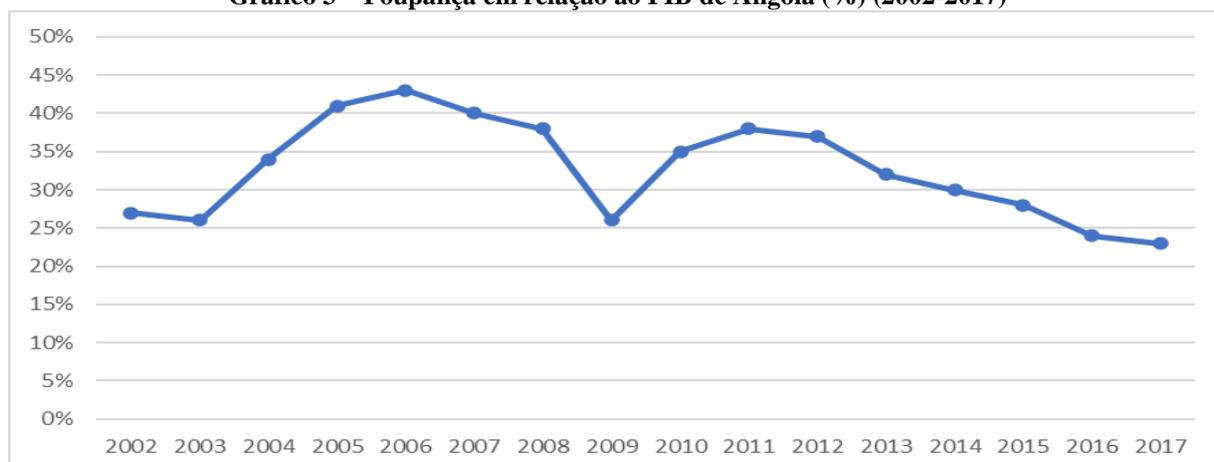
**Gráfico 2 – Saldo em Transações Correntes de Angola (US\$) (2002-2017)**



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

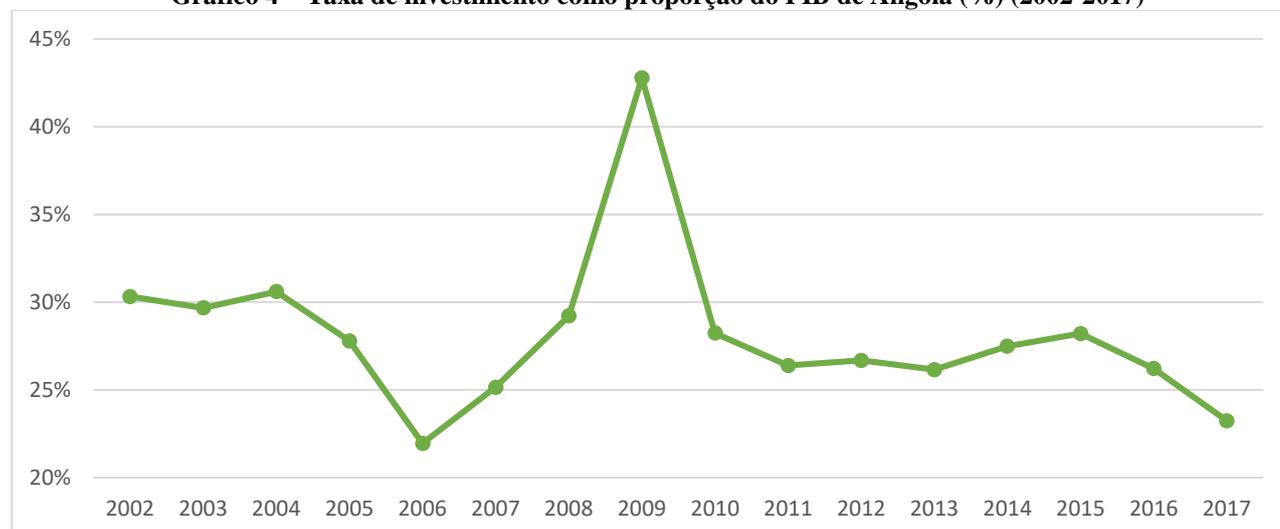
O déficit ocorrido a partir de 2014 foi puxado principalmente pela queda nas exportações a níveis maiores que a redução nas importações, que também ocorreram no período. Em momentos como este, caso o país recorra à poupança externa, Alencar e Scarano (2010) sugerem que seja por um curto período, e que o recurso seja implementado para gerar desenvolvimento (no qual o país não fique dependente desse capital e nem substitua a poupança interna pela poupança externa).

No gráfico 3 conta a relação da poupança em relação ao PIB do país. Observa-se que a sua flutuação acompanha a mesma dinâmica do saldo de transações correntes de Angola, também apresentando semelhanças com a trajetória do nível de exportações do país. Neste sentido, têm-se que a poupança do país é, em grande parte, determinada pela situação favorável do setor externo: quando as exportações estão em crescimento, o nível das transações correntes melhora e o nível de poupança também cresce. Em momentos de crise o oposto ocorre, como é o caso de 2009 com o resultado da crise que o mundo enfrentou: o nível de poupança em relação ao PIB do país diminuiu para 26%.

**Gráfico 3 – Poupança em relação ao PIB de Angola (%) (2002-2017)**

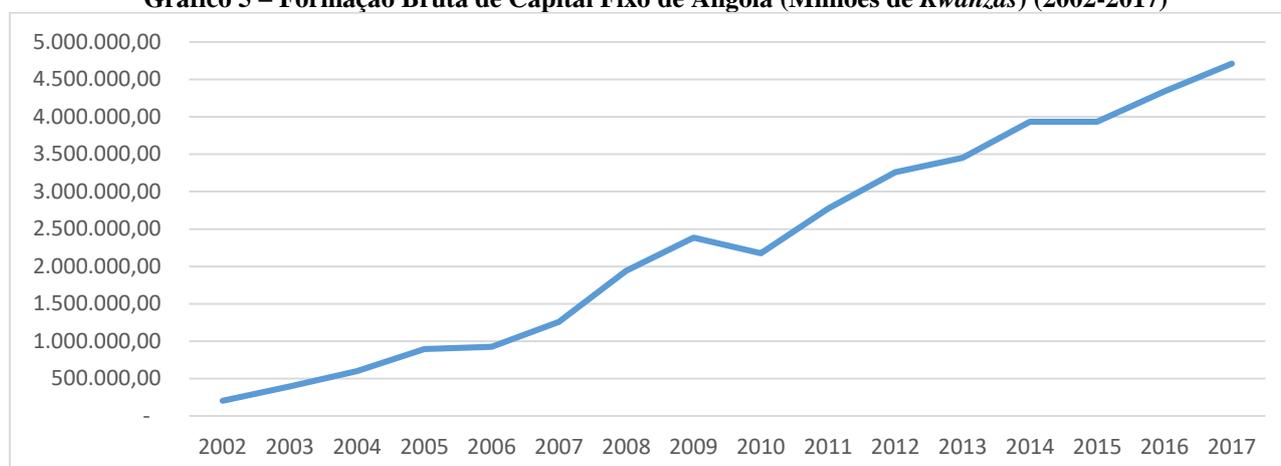
**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

No gráfico 4, observa-se que a FBCF em relação ao PIB mantém certa constância no período entre 2002 e 2017, com exceção do ano de 2009 quando ocorreu um aumento de 43% da taxa de investimento. A partir de 2015 houve um declínio dessa razão, indicando que a poupança externa pode não ter sido redirecionada para o setor produtivo.

**Gráfico 4 – Taxa de investimento como proporção do PIB de Angola (%) (2002-2017)**

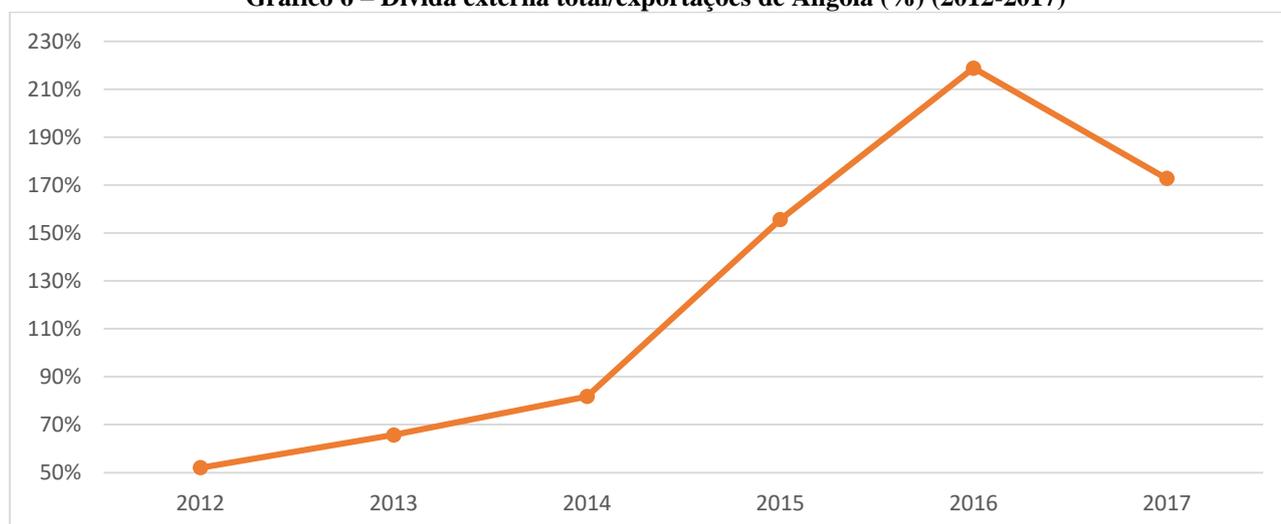
**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

Quando se analisa apenas a FBCF (gráfico 5), nota-se que esta encontra-se em ascensão no período analisado em relação ao gráfico 4. É mais uma evidência de que a FBCF cresceu, mas não na mesma proporção que o PIB do país: indica que o investimento do país teve outras direções que não o setor produtivo.

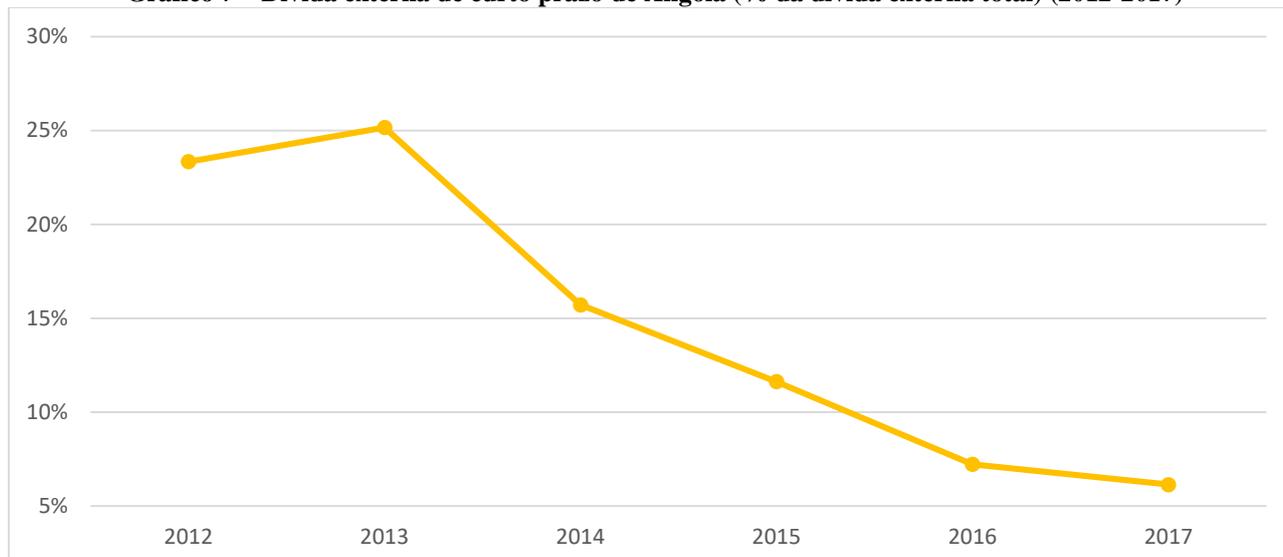
**Gráfico 5 – Formação Bruta de Capital Fixo de Angola (Milhões de Kwanzas) (2002-2017)**

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

No gráfico 6 consta o indicador de vulnerabilidade da dívida externa em relação às exportações do país, notando-se que tal relação tem-se deteriorado ao longo dos anos. Ou seja, a dívida externa de Angola vem crescendo em relação às exportações do país. Verifica-se ainda que o crescimento da dívida em relação às exportações, em 2016, coincide com o período de déficits das transações correntes do país.

**Gráfico 6 – Dívida externa total/exportações de Angola (%) (2012-2017)**

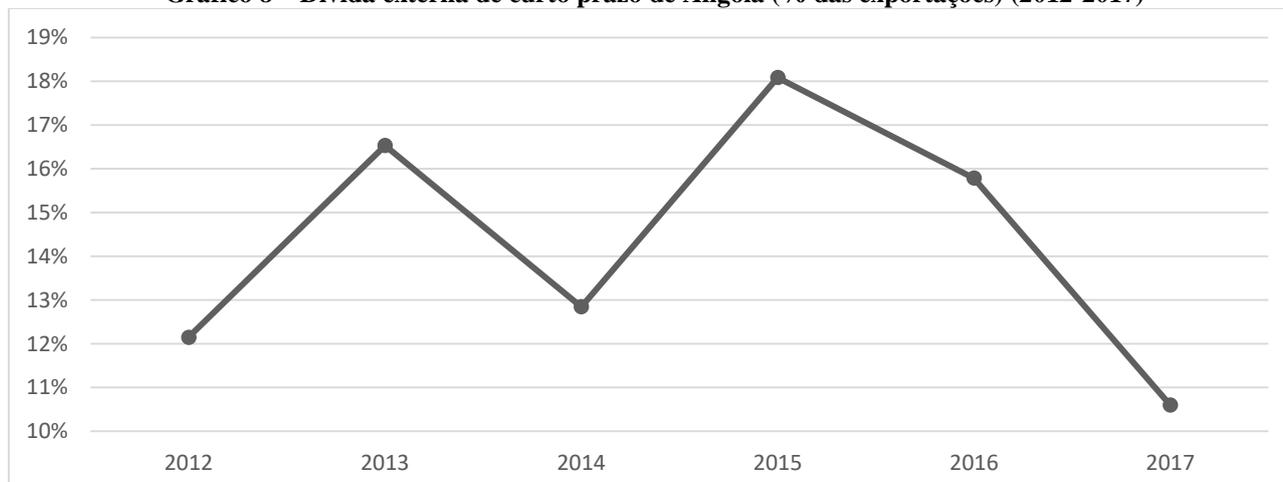
**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

**Gráfico 7 – Dívida externa de curto prazo de Angola (% da dívida externa total) (2012-2017)**

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

Pelo gráfico 7 vê-se que a dívida de curto prazo chegou a 25% da dívida total em 2013. Contudo, no decorrer dos anos o país reduziu a captação de empréstimos de curto prazo, conseguindo melhorar sua situação nesse quesito, chegando em 2017 com 6% de sua dívida sendo de curto prazo. Neste sentido, o país apresentou redução no grau de vulnerabilidade em relação a esse indicador.

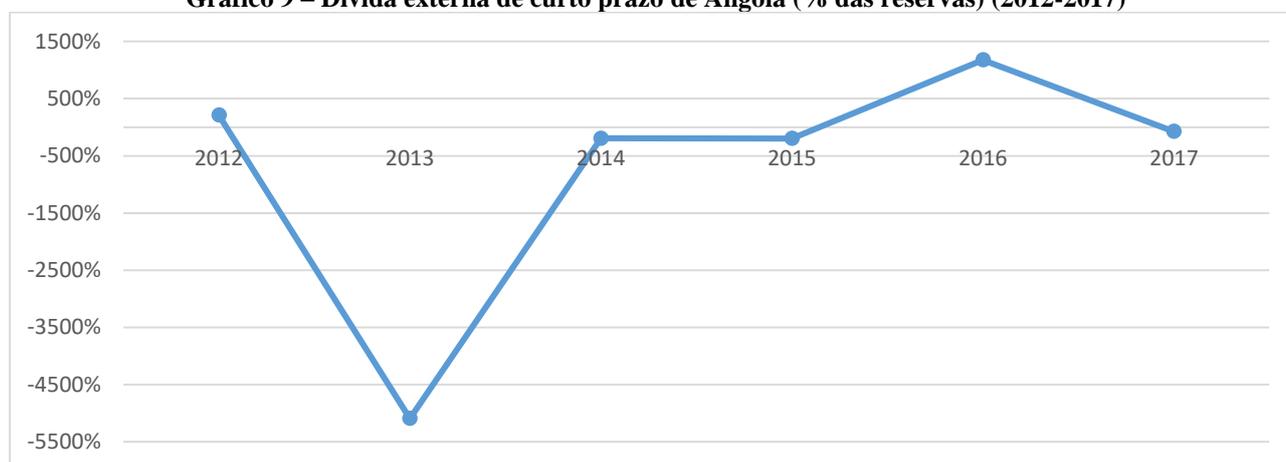
No gráfico 8, pode-se notar que a dívida externa de curto prazo em relação às exportações se mantiveram oscilando (com uma média de 14% entre 2012 e 2017). Seu pico foi em 2015, quando alcançou 18%. A partir de 2015, de acordo com os dados disponíveis, a dívida externa de curto prazo reduziu-se em relação às exportações, mas com taxas sempre acima dos 10%.

**Gráfico 8 – Dívida externa de curto prazo de Angola (% das exportações) (2012-2017)**

**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

No gráfico 9 conta o quanto Angola esteve negativada no ano de 2013 em relação às suas reservas devido ao aumento da dívida de curto prazo do país, demonstrando sua fragilidade financeira. A partir de 2014, o país demonstrou leve recuperação até ao fim do período analisado.

**Gráfico 9 – Dívida externa de curto prazo de Angola (% das reservas) (2012-2017)**



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

No gráfico 10 consta o crescimento acumulado de Angola. No acumulado, o país cresceu (em média) 28% entre 2003 e 2017. Inicia o período analisado crescendo 100% em relação ao ano anterior e posteriormente esse crescimento cai, mesmo que a taxas positivas. No período analisado, nota-se que há duas taxas negativas, em 2009 e 2015, anos em o país apresentou déficits nas transações correntes. O gráfico permite inferir também que o uso da poupança externa não se mostrou totalmente eficaz para o desenvolvimento, como mostrado no gráfico 4: seus recursos não foram totalmente aplicados no setor produtivo.

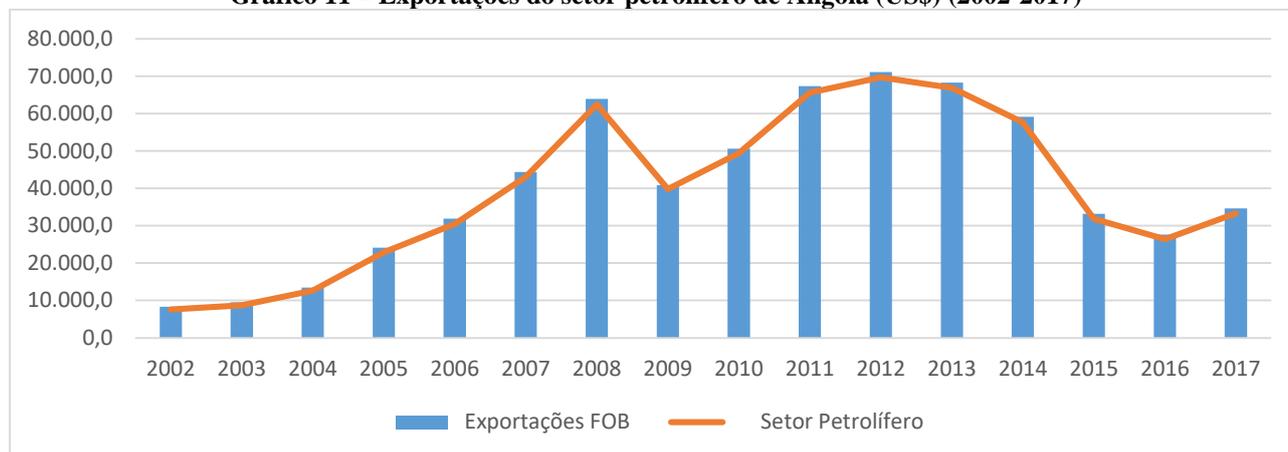
**Gráfico 10 - Crescimento acumulado do PIB de Angola (%) (2003-2017)**



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

Como apontado por Fortunato (2001), Angola se aprofundou na produção e exportação de bens primários, principalmente o petróleo. Este segmento de produção ainda permanece nas décadas de 2000 e 2010 (gráfico 11), deixando o país com elevado grau de dependência econômica.

**Gráfico 11 – Exportações do setor petrolífero de Angola (US\$) (2002-2017)**



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

No gráfico 11 consta o quanto Angola é dependente do setor petrolífero. Mais de 90% das exportações do país vêm desse setor. Com isso, mudanças súbitas podem afetar a balança comercial do país, como foi o caso de 2009 que ainda sofria os reflexos da crise de 2008 que afetou as exportações de diversos países. Com a redução das exportações desse setor a partir de 2014, Angola teve novamente uma redução de suas exportações totais.

**Gráfico 12 – Níveis de reservas internacionais e de investimento em portfólio de Angola (US\$) (2005-2017)**



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do BNA (2022).

Pelo gráfico 12, observa-se que as reservas não acompanharam o ritmo dos investimentos em portfólio. Neste sentido, pode-se inferir que não é o investimento no país que aumenta suas reservas internacionais. Ao comparar o gráfico 12 com os outros gráficos, percebe-se que as reservas seguem o mesmo padrão das exportações do país: quando caíram, as reservas também diminuíram (ficando negativadas). Dos dados disponíveis para o período analisado, viu-se que esse movimento ocorreu em dois momentos: na crise de 2008 e a partir do ano de 2013.

### **Considerações finais**

Os resultados desta pesquisa apontam para uma vulnerabilidade externa de Angola, pois enquanto a economia externa esteve em crescimento, os dados econômicos do país acompanharam este crescimento. Porém, em momentos de crise do setor externo o país não conseguiu manter seu crescimento, tendo perdas significativas de suas reservas internacionais, impactando negativamente os indicadores de vulnerabilidade externa como analisado.

Os déficits em transações correntes se tornam preocupação para a sustentabilidade das contas externas angolanas na medida em que condicionam a sua trajetória de desenvolvimento. Os déficits constantes principalmente a partir de 2014 têm reduzido o consumo doméstico, refletido na redução das importações – apesar da demanda cada vez mais constante por parte dos agentes econômicos.

Os resultados mostraram uma deterioração dos indicadores de vulnerabilidade externa de Angola. Como apontado pela literatura, os déficits nas transações correntes são um problema a ser resolvido, mas também vimos que a resolução desses problemas demanda a compreensão mais profunda dos aspectos estruturais da macroeconomia angolana. Os déficits são provocados pela queda do preço do produto que mais fornece as receitas ao Estado angolano (o petróleo): as reduções dessas receitas obrigam as autoridades a elaborarem políticas cambiais que levam a redução das suas reservas em moedas estrangeiras.

Os indicadores de vulnerabilidade externa apontam que a trajetória de Angola está muito ligada a dinâmica da economia internacional: quando ocorrem movimentos de alta nos preços da principal *commodity* comercializada no país observa-se melhorias nas reservas em moedas estrangeiras que alimentam as altas taxas de importação que a economia demanda. Em parte, isso tem a ver com a guerra civil ainda não superada integralmente do ponto de vista da recuperação econômica e com ganhos do *boom* das *commodities* no começo dos anos 2000.

Em suma, a vulnerabilidade externa angolana refletida no saldo das transações correntes, no crescimento instável do produto interno bruto e no aumento da dívida externa total são frutos de aspectos estruturais e institucionais. Apesar das altas taxas de investimento – como apresentado na relação da formação bruta de capital fixo com o PIB – ainda se observa grande fragilidade no aparelho produtivo do país, com conseqüente processo de desindustrialização que vem ocorrendo desde a transição para a economia de mercado em 1989. O que se propõe é evitar consumos perdulários e investimentos não direcionados aos setores produtivos da economia, rumando para o processo de financeirização da economia angolana.

## Referências

ALENCAR, D. A.; SCARANO, P. R. Poupança externa, vulnerabilidade e crise cambial: os casos de México, Brasil e Argentina. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 8, n. 2, p. 35-68, 2010.

AURÉLIO, M. M. **Poupança externa e o financiamento do desenvolvimento**. Texto para discussão n. 496. Brasília: Ipea, 1997.

ALENCASTRO, M. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n 01, p. 125-141, jan./abr 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C; GALA, P. Porque a poupança externa não promove crescimento? **Revista de Economia Política**, v. 27, n 1 (105), p. 3-19, jan./mar 2007.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (BNA). **Indicadores (vários)**. Disponível em: <<https://www.bna.ao/#/estatisticas/consultar-dados/estatisticas-preco-contas-nacionais>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Economia). 247f. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CARIOLLE, J. *The Economic Vulnerability Index - 2010 Update*. Working Paper n. I09, FERDI, 2011.

CHOSSUDOVISKY, M. **A Globalização da Pobreza: os impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DOMINGOS, A. A. X. Mercado de trabalho em Angola: dinâmica contemporânea e informalidade. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 13827-13837, mar. 2020.

ESSERS, D. *Developing country vulnerability in light of the global financial crises: shock therapy?* **Review of Development Finance**, v. 3, p. 61-83, 2013.

FERREIRA, M. E. *Realeconomie e Realpolitik* nos recursos naturais em Angola. **Revista de Relações Internacionais (Universidade Nova Lisboa – Portugal)**, n. 6, p. 073-089, junho 2005. Disponível em: <[https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r6/RI6\\_MEFerreira.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r6/RI6_MEFerreira.pdf)>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

FORTUNATO, J. J. P. **Análise da dependência externa e da inflação na economia angolana na década de 1990**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 85f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009**. Luanda: INE, 2013.

OVADIA, J. S; CROESE, S. Angola: a natureza bifacetada do crescimento sem desenvolvimento num Estado rico em petróleo. *In: KANYENZE, G. et al. (Orgs). Rumo a Democracia para o Desenvolvimento do Estado na África Austral*. Harare: OSISA, 2017.

REISEN, H. *Sustainable and Excessive Current Account Deficits*. United Nations University. Working Paper of the World Institute for Research in Development Economics (UNU/WIDER), (151), 1997.

RIBEIRO, F. J. S. P. **Reavaliando a vulnerabilidade externa brasileira**. Texto para discussão n. 2247. Rio de Janeiro: Ipea, novembro de 2016.

ROCHA, José Alves da. **A distribuição do rendimento como modelo alternativo de crescimento**. CEIC. Working Paper n° 01, fevereiro de 2016.